

TutPrv no HABEAS CORPUS Nº 485.177 - RJ (2018/0339614-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
REQUERENTE : ALEX DE ABREU RIBEIRO
REQUERENTE : DOUGLAS LAIUN DA SILVA
ADVOGADO : NILO CESAR MARTINS POMPILIO DA HORA - RJ046441
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PACIENTE : ALEXANDRE RANGEL DE MELO
PACIENTE : MARCIO RIBEIRO FERREIRA

DECISÃO

A Sexta Turma, em 28/5/2019, concedeu ordem de *habeas corpus* a **Alexandre Rangel de Melo** e a **Marcio Ribeiro Ferreira**, a fim de reputar ilegal o material de prova levantado por meio das interceptações telefônicas das linhas indicadas à fl. 4.451, iniciadas a partir da decisão exarada pelo Juízo Federal da 1ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro/SJRJ, na Medida Cautelar Penal n. 2009.51.01.806469-4 em determinada data (Processo n. 0014873-16.2012.4.02.5101).

Agora, por meio das petições de fls. 4.473/4.485 e 4.777/4.789, **Alex de Abreu Ribeiro e Douglas Laiun da Silva** requerem a extensão dos efeitos desse acórdão. E, mediante a petição de fls. 5.081/5.083, pedem a concessão de tutela provisória para que seja determinado ao Juízo Federal *a quo* que se abstenha de proferir sentença em outro feito, no Processo n. 0042614-60.2014.4.02.5101. Para tanto, argumentam, em suma, que é aplicável o art. 580 do Código de Processo Penal, pois (fls. 5.082/5.083):

(i) A MM.^a Juíza Federal não justificou, na decisão de 06/07/2009 (e-STJ, fls. 897/902), a necessidade de interceptação e quebra do sigilo das linhas telefônicas dos Requerentes ALEX e DOUGLAS. A respeito deles, nada falou especificamente;

(ii) A Representação Policial (e-STJ, fls. 834/837) e o Relatório de Inteligência 02/2009 (e-STJ, fls. 838/896) foram bastante superficiais quanto à situação específica dos Requerentes. Se pairavam dúvidas ou desconfiças quanto às suas participações no suposto esquema criminoso, nada se indicou nas peças;

(iii) Ao que tudo indica, a magistrada de piso acreditou que os terminais telefônicos dos Requerentes estariam sendo utilizados por indivíduos que já estavam sendo investigados. Isso porque, em sua fundamentação, sustentou-se que os já investigados à época estariam utilizando linhas telefônicas em nome de terceiros;

(iv) A Magistrada que acompanhou as interceptações telefônicas, Dr.^a Rosália Monteiro Figueira, tinha o costume de citar expressamente o nome completo dos investigados em suas decisões (nesse sentido: e-STJ, fls. 1.798, 2.287, 2.467 e 2.619). Todavia, a nobre julgadora deixou de mencionar os nomes dos Requerentes ALEX e DOUGLAS quando os respectivos terminais foram incluídos no monitoramento – o que reforça a tese de falta de fundamentação;

(v) A decisão ainda indeferiu, em dois momentos, a interceptação telefônica dos interlocutores dos investigados, o que rechaça qualquer possibilidade de inclusão dos Requerentes ALEX e DOUGLAS no monitoramento.

É o relatório.

À primeira vista, não percebo o *fumus boni iuris* necessário para a concessão da tutela de urgência requerida. Parece que, na espécie, ao contrário do alegado, não há a similitude fático-processual indispensável para a aplicação do mencionado art. 580. A hipótese aparenta, em um primeiro olhar, a pretensão de suprimir instância.

Indefiro o pedido de fls. 5.081/5.083.

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator